



## 11) Decisão judicial de revogação da prisão temporária

\_\_\_\_.ª Vara Criminal da Comarca \_\_\_\_.<sup>1</sup>

Inquérito n.º \_\_\_\_

Vistos.

“D” teve a sua prisão temporária decretada, por cinco dias, em virtude de representação da autoridade policial, indicando a conveniência da investigação, bem como por tratar-se de crime de roubo, cometido com emprego de arma de fogo, que é, naturalmente, delito grave.

Entretanto, melhor analisando o caso,<sup>2</sup> especialmente em face dos documentos apresentados pelo indiciado, que possui residência e emprego fixos, além de se poder constatar não possuir antecedente criminal, não me parece conveniente manter a sua custódia cautelar, ainda que por prazo exíguo, uma vez que a prisão deve ser decretada apenas em último caso. O simples fato de se cuidar de infração penal grave não é motivo suficiente para mantê-lo no cárcere.<sup>3</sup>

Ante o exposto, revogo a prisão temporária.  
Expeça-se alvará de soltura.

Comarca, data.

\_\_\_\_\_  
Juiz de Direito

<sup>1</sup> Em algumas Comarcas, há Departamento ou Vara Especializada em Inquéritos (ex.: em São Paulo, há o DIPO – Departamento de Inquéritos Policiais).

<sup>2</sup> A prisão temporária, muitas vezes, é decretada pelo magistrado ouvindo apenas os argumentos da autoridade policial e/ou do Ministério Público. Por isso, quando a defesa ingressa nos autos, expondo seus motivos, é viável – e quando o caso, desejável – haver a retratação, liberando a pessoa presa.

<sup>3</sup> A gravidade em abstrato do delito não é nem mesmo motivo para imposição de regime mais severo, como o fechado, a teor da Súmula 718 do STF.